

WORKSHOP: CONSTRUINDO A CONFIANÇA ENTRE PARLAMENTOS E CIDADÃS E CIDADÃOS

#ParlAmericasOPN #CongressoAberto

DATA

20 e 21 de abril de 2017

LOCAL

Bogotá, Colômbia

PARTICIPANTES

24 parlamentares, e representantes da sociedade civil de 10 países

Este workshop, organizado pelos congressos da Colômbia e do Chile, pelo Banco Mundial e pelo ParlAmericas, teve como objetivo principal explorar mecanismos e práticas para aumentar os níveis de confiança das cidadãs e dos cidadãos nos parlamentos da América Latina.

A abertura dos trabalhos foi liderada pelo Senador **Maurício Lizcano**, Presidente do Senado (Colômbia) e Vice-Presidente da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas - América do Sul, pelo Deputado **Patricio Vallespín** (Chile), Vice-Presidente do Grupo Bicameral de Transparência do Congresso do Chile, e pela Deputada **Karla Prendas** (Costa Rica), Vice-Presidenta da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas - América Central.



Senador **MAURICIO LIZCANO** (Colômbia), Presidente do Senado e Vice-Presidente da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas - América do Sul

"Temos um compromisso muito importante com os dados abertos. Já tivemos uma reunião com a sociedade civil e com a imprensa onde escolhemos os tipos de dados, realizamos uma pesquisa presencial com eles para identificar quais informações eles querem saber mais."



Deputada **KARLA PRENDAS** (Costa Rica), Vice-Presidenta da Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas - América Central

"Temos feito esforços em cada país e cada experiência é diferente. Os planos de ação têm sido úteis, os acordos entre mulheres e homens parlamentares têm servido, mas agora temos que nos abrir um pouco mais e ir melhorando, tendo em vista os desafios que todos os dias a abertura legislativa nos coloca."



Deputado **PATRICIO VALLESPÍN** (Chile), Vice-Presidente do Grupo Bicameral de Transparência do Congresso

"Nessas questões, avança-se por convicção ou por obrigação. E esta Rede, o que tentou fazer foi avançar por convicção, perceber que a questão da transparência e da probidade não é uma moda que vai acontecer e passar, mas é um tema que está fortemente instalado em nossas sociedades para dizer que aqui os padrões de transparência e probidade aumentaram e que os congressos precisam estar à altura desses novos padrões."

Os orçamentos abertos e a participação cidadã

A primeira sessão foi moderada por **Juan Pablo Guerrero**, Diretor da Iniciativa Global para Transparência Fiscal (GIFT), e abordou a participação das cidadãs e dos cidadãos nos processos orçamentários. Ele e **Tania Sánchez**, Gerente de Pesquisa e Comunicação da GIFT, apresentaram os [10 princípios \(em espanhol\)](#) de participação pública na política fiscal adotados pela GIFT, bem como um guia que apoia esses princípios.

Mario Martínez, Pesquisador no Inquérito sobre Orçamento Aberto da Colômbia, mostrou os resultados

de 2015 e enfatizou que os países latino-americanos examinados no levantamento atingiram uma média regional de 50% de prestação de contas orçamentárias.

Finalmente, **Guillermo Avila**, Pesquisador da Fundar, relatou a negociação do orçamento realizada em 2016 na Câmara dos Deputados do México na qual ocorreu a inclusão formal de cidadãs e cidadãos. Como parte dessa negociação, a Fundar apresentou [13 propostas \(em espanhol\)](#) para melhorar a alocação orçamentária.

¹ GIFT, 2016

10 PRINCÍPIOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA POLÍTICA FISCAL ADOTADOS PELA GIFT ([link disponível em espanhol](#))¹

Acessibilidade
Abertura
Inclusão
Respeito à autodeterminação
Oportunidade
Profundidade
Proporcionalidade
Sustentabilidade
Complementaridade
Reciprocidade



JUAN PABLO GUERRERO,
Diretor da GIFT

“A participação pública melhora a distribuição de recursos e a prestação de serviços, gera uma melhor resposta às preferências específicas de nossos eleitores e dá oportunidade aos grupos marginalizados de ter certa influência nas decisões que os afetam.”

“O orçamento público é a ferramenta que o governo tem para realizar seus planos e estratégias e avançar na construção de um país mais equitativo. Os compromissos que o governo empreendeu em termos de desenvolvimento ou direitos humanos devem encontrar expressão concreta na alocação dos recursos públicos.”



GUILLERMO ÁVILA,
Pesquisador da
Fundar

Os gabinetes de orçamento participativo

A segunda sessão concentrou-se na apresentação dos gabinetes orçamentários e outras ferramentas de monitoramento úteis para os períodos de discussão e definição de alocações orçamentárias em nível nacional por parte dos parlamentos.

Nelson Shack, Consultor do Banco Mundial, destacou que os gabinetes de assessoria orçamentária são fundamentais para melhorar a gestão e a tomada de decisões, uma vez que promovem maior transparência e prestação de contas.

Luis Alberto Rodríguez, Coordenador de Projeto do Escritório de Assistência Técnica Orçamentária (EATO) para o

Congresso da Colômbia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), observou que esses gabinetes também fortalecem o trabalho do parlamento durante as discussões sobre o orçamento nacional, pois eliminam as assimetrias de informação entre os poderes executivo e legislativo.

Gregorio Eljach Pacheco, Secretário-Geral do Senado da Colômbia, enfatizou como essas ferramentas facilitam o acesso à informação do parlamento, uma política que faz parte do programa de modernização do Congresso colombiano.

Consulte mais informações sobre os gabinetes parlamentares de orçamento:

- ⇒ [Fortalecendo as Capacidades Orçamentárias dos Parlamentos na América Latina e no Caribe](#). BID, 2013 (em espanhol)
- ⇒ [Curso On-line do Banco Mundial a respeito dos Gabinetes Parlamentares sobre Orçamento](#). Banco Mundial, 2017 (em inglês)

COMO FUNCIONA O GABINETE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA (EATO) DO CONGRESSO DA COLÔMBIA? (em espanhol) ²



² Gabinete de Assistência Técnica Orçamentária (EATO) do Congresso da Colômbia, 2017



LUIS ALBERTO RODRÍGUEZ,
Coordenador do projeto do Escritório de Assistência Técnica Orçamentária do BID e PNUD

“Um gabinete de assistência técnica orçamentária não é um espaço de negociação nem um centro de pensamento, mas uma unidade que fortalece tecnicamente a tomada de decisões do Congresso e permite discussões econômicas informadas entre os poderes legislativo e executivo.”



NELSON SHACK,
Consultor do Banco Mundial

“As discussões sobre o orçamento não devem limitar-se apenas à alocação de recursos, elas também devem incluir a política por trás das rubricas orçamentárias, assim como as comissões de orçamento, que facilitam o trabalho de controle político por parte do parlamento para a discussão e o debate sobre a respectiva lei.”

Percepções e avanços regionais dos parlamentos

A terceira sessão, moderada por **Lisa Bhansali**, Assessora de Governança e Anticorrupção para a América Latina e Caribe do Banco Mundial, enfocou as percepções e os avanços regionais dos parlamentos latino-americanos em relação aos padrões de transparência, responsabilidade e participação cidadã.

Octavio del Favero, Coordenador legislativo da Fundação Cidadão Inteligente, apresentou os resultados da última edição do [Índice Legislativo de Transparência \(em espanhol\)](#) (2016), observando que a maioria dos países incluídos neste índice obteve uma pontuação melhor do que em 2014.

O Congressista **Alberto de Belaúnde** (Peru) delineou as 17 medidas tomadas pela [Comissão de Integridade \(em espanhol\)](#) em 2016, uma iniciativa da Presidência da República do Peru para combater a corrupção que teve a participação da sociedade civil.

Rocío Noriega, Assessora do Grupo de Transparência Bicameral do Congresso do Chile, concluiu a sessão destacando as propostas contidas no relatório do [Conselho Consultivo Presidencial \(em espanhol\)](#) de 2015, que busca regular conflitos de interesse e combater o tráfico de influência e a corrupção, mantendo uma

ÁREAS TEMÁTICAS DAS PROPOSTAS DO CONSELHO CONSULTIVO PRESIDENCIAL CONTRA OS CONFLITOS DE INTERESSE, O TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS E A CORRUPÇÃO (CHILE)

- ⇒ Prevenir a corrupção
- ⇒ Regular os conflitos de interesse
- ⇒ Financiar a política para fortalecer a democracia, os órgãos de fiscalização e o cumprimento da lei
- ⇒ Construir a confiança nos mercados
- ⇒ Fortalecer os sistemas de integridade, ética e direitos das cidadãs e dos cidadãos



OCTAVIO DEL FAVERO,
Coordenador
Legislativo da
Fundação
Cidadão
Inteligente

“Em nível regional, estamos em 51% (em termos de regulamentos e reformas no âmbito da transparência, de acordo com o Índice Latino-Americano de Transparência Legislativa). Vemos que há avanços em relação às leis de acesso à informação, especialmente em questões institucionais e orçamentárias, verificamos que hoje há mais informações sobre o trabalho legislativo. Mas é preciso melhorar as leis de lobby, de prestação de contas, de compras, de assessoria e de concursos.”

“Atualmente, há pelo menos 22 projetos de leis sobre temas de combate a corrupção, mas muitas deles estão mais focadas no que deve ser feito depois que o ato de corrupção já foi denunciado. A ênfase ainda não está na prevenção. A medida mais importante que foi aprovada [pelo Congresso do Peru] nesta legislatura em temas de combate a corrupção é uma reforma constitucional sobre a imprescritibilidade de crimes de corrupção.”

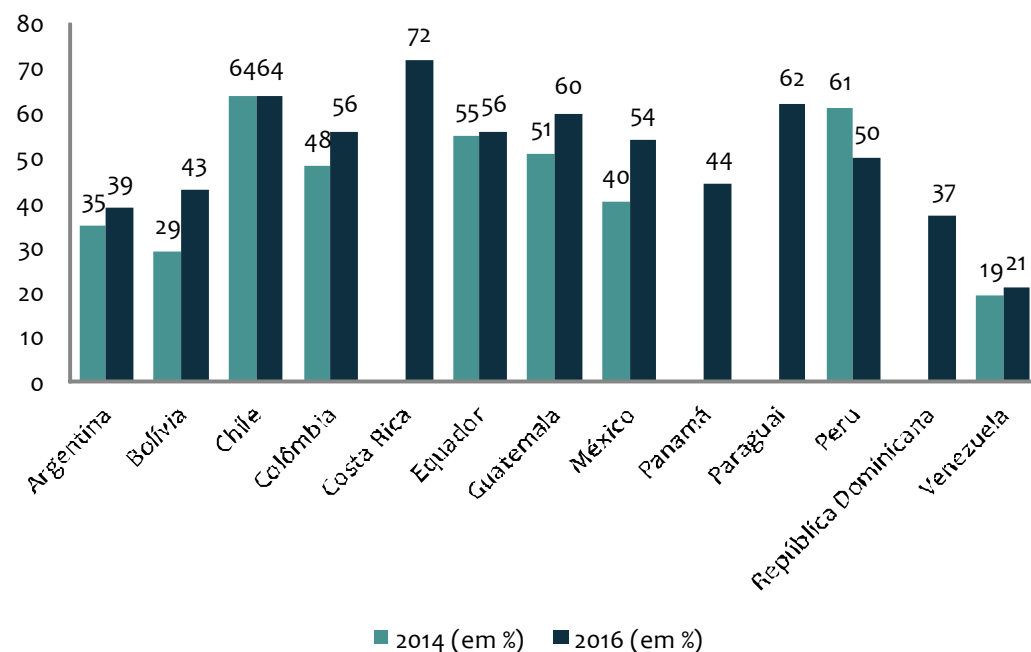


Congressista
ALBERTO DE BELAÚNDE
(Peru)

17 MEDIDAS DA COMISSÃO DE INTEGRIDADE (PERU)

1. Estabelecer a transparência máxima no Estado
2. Fortalecer o serviço público
3. Fortalecer a integridade e a ética no setor público
4. Evitar o tráfico de influências
5. Impedir o ingresso ou reingresso no serviço público de pessoas condenadas por corrupção, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro
6. Tornar transparente o Sistema de Compras Governamentais
7. Evitar a corrupção nas obras de infraestrutura pública e fortalecer a autonomia dos órgãos reguladores
8. Dar impulso à simplificação administrativa e o governo eletrônico
9. Reformar o Sistema Nacional de Controle
10. Promover a denúncia e proteger o denunciante
11. Reformar o sistema de justiça para erradicar a impunidade em crimes de corrupção
12. Reformar o Conselho Nacional da Magistratura
13. Combater a lavagem de dinheiro e fortalecer as atribuições da Unidade de Inteligência Financeira
14. Fortalecer o Sistema de Defesa Legal do Estado

AVANÇOS COMPARADOS DE TRANSPARÊNCIA LEGISLATIVA NA AMÉRICA LATINA (2014-2016; link disponível em espanhol)³



³ Índice Latinoamericano de Transparencia Legislativa, 2016

FUNÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA RECUPERAR A CONFIANÇA DE CIDADÃS E CIDADÃOS NOS PARLAMENTOS

- ⇒ Manter um contato permanente com cidadãos e cidadãs
- ⇒ Incentivar a socialização e a formação da consciência política
- ⇒ Instruir cidadãos e cidadãs a respeito do funcionamento do sistema político
- ⇒ Motivar a coerência partidária das parlamentares e dos parlamentares em seu trabalho no parlamento
- ⇒ Promover e incluir a transparência e a probidade em programas políticos partidários

Formas de recuperar a confiança das cidadãs e dos cidadãos

Esta quarta sessão, moderada pelo Deputado **Patricio Vallespín** (Chile), abordou ações e aspectos chave para facilitar a interação com cidadãs e cidadãos e aumentar a sua confiança nos poderes legislativos.

A Deputada **Welsy Vásquez** (Honduras), Presidenta da Comissão Legislativa de Relações com a Sociedade Civil, apresentou os diferentes mecanismos legais que Honduras aprovou para incentivar a participação cidadã.

Ana Paulina Sabbagh, Coordenadora de Implementação da Lei de Acesso à Informação da Secretaria de Transparência da Presidência da Colômbia, enfatizou a importância de um processo comunicativo diferenciado que inclui não

apenas a tarefa individual do parlamentar, mas também a gestão dos recursos públicos e administrativos do parlamento como instituição.

Francisco Herrero, Diretor Presidente do Instituto Nacional Democrata (IND) na Colômbia, focalizou sua apresentação no papel dos partidos políticos para recuperar a confiança da sociedade e em como os eixos programáticos de sua agenda podem influenciar a promoção subsequente da cultura da transparência e da probidade nos parlamentos, necessária para aumentar a confiança das cidadãs e dos cidadãos.

MECANISMOS PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (HONDURAS)

- ⇒ **Plebiscito:** consulta às cidadãs e aos cidadãos para que se pronunciem de maneira afirmativa ou negativa sobre aspectos constitucionais, legislativos ou administrativos, sobre os quais ainda não haja sido tomada nenhuma decisão prévia
- ⇒ **Referendo:** processo por meio do qual as cidadãs e os cidadãos, por meio do voto, expressam sua aprovação ou reprovação sobre uma lei ordinária, uma norma constitucional ou sobre as reformas aprovadas e emitidas pelo Congresso
- ⇒ **Conselhos municipais abertos:** instância em que as cidadãs e os cidadãos podem discutir assuntos de interesse para sua localidade
- ⇒ **Iniciativa legislativa cidadã:** possibilidade que as cidadãs e os cidadãos têm de apresentar uma lei ao Congresso para sua discussão e aprovação (ou recusa) por parte do plenário, mediante a apresentação de 3000 assinaturas de cidadãs e cidadãos



Deputada
**WELSY
VÁSQUEZ**
(Honduras)

“A participação cidadã no meu país implica a inclusão de cidadãs e cidadãos na formulação, execução e avaliação de todas as políticas e ações do Estado, tornando-a protagonista e gerente de seu próprio destino. Em 2006, foi aprovado um decreto-lei para a participação cidadã. Esta lei implica que o povo hondurenho esteja envolvido em todos os assuntos de natureza legal que aprovemos em nosso Congresso.”



**FRANCISCO
HERRERO**,
Diretor Presidente
do Instituto
Nacional Democrata
(IND) na Colômbia

“É importante que a cultura da transparência e da probidade floresça nos partidos políticos e que, quando um dos seus membros for eleito para qualquer cargo público, particularmente para o parlamento, seja simplesmente natural avançar na legislação e ter um comportamento transparente e íntegro dentro do parlamento.”

PROTEÇÃO DE DELATORAS, DELADORES E TESTEMUNHAS

O workshop terminou com uma mesa redonda precedida por uma apresentação sobre os principais aspectos dos sistemas de proteção de deladoras, deladores e testemunhas, feita por Camilo Enciso, ex-Secretário de Transparência da Presidência da Colômbia, que assinalou que os parlamentos deveriam ter linhas de denúncias seguras que permitissem às cidadãs e cidadãos apresentar denúncias de forma que permita aos poderes legislativos exercer sua função relativa ao controle político e legal.

PROTEÇÃO DE DELATORAS, DELADORES E TESTEMUNHAS

- ⇒ Estabelecer mecanismos de filtragem e validade das denúncias
- ⇒ Garantir a segurança das cidadãs e cidadãos que apresentam uma denúncia
- ⇒ Tipificar as condutas que merecem ser punidas
- ⇒ Criar um órgão autônomo e independente que receba as denúncias
- ⇒ Estabelecer critérios para o anonimato quando se dispõe de provas pertinentes
- ⇒ Implementar plataformas virtuais que protejam a segurança para interação com a delatora ou o delator

Veja mais informações sobre a proteção de deladoras, deladores e testemunhas:

- ⇒ [Lei Modelo da OEA para facilitar e incentivar a denúncia de atos de corrupção e proteger as suas testemunhas e deladores \(em espanhol\)](#). OEA, 2013

PARLAMENTOS REPRESENTADOS



CHILE



COLÔMBIA



COSTA RICA



EQUADOR



HONDURAS



PANAMÁ



PERU

ORGANIZAÇÕES REPRESENTADAS



CIUDADANO INTELIGENTE.ORG



DIRECTORIO LEGISLATIVO



Foro Nacional por Colombia



Este encontro foi realizado com o generoso apoio da Assembleia Legislativa da Colômbia, da Assembleia Legislativa do Chile, do Banco Mundial, e do Governo do Canadá através do Ministério das Relações Exteriores (Global Affairs Canada, em inglês)



THE WORLD BANK

Canada

PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, da prestação de contas, da participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe.



ParlAmericas apoia as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando em favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas tem sede em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria Internacional do ParlAmericas
710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá
Telefone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

